

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho  
02 a 05 de outubro de 2017

GT 5: Espaço público da informação e cultura: variações e diversidade conceitual, como o discurso sobre o urbano compreende e atua sobre a cidade.

## **Cultura Digital e a cidade de São Paulo: digressões sobre Conhecimento, Política Cultural, Coletividade e Tecnologia.**

Autor: Toni William Barbosa dos Santos<sup>1</sup>

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação ECA – USP

### **RESUMO:**

Neste artigo, analiso os modos de utilização, apropriação e acesso às Tecnologias da informação e comunicação, por indivíduos e coletivos que atuam através da cultura em territórios de alta vulnerabilidade, localizados no município de São Paulo. O recorte aqui proposto baliza ações que ocorrem na zona Leste da cidade durante a primeira e segunda década do Século XXI. Para tanto, serão avaliados os contextos que intermediam as tensões entre os grupos sociais, o Estado, o mercado e os meios de produção e representação do conhecimento.

Palavras-chave: Cultura digital, Coletividade, Município de São Paulo, Periferia, Políticas públicas.

### **INTRODUÇÃO**

Os dados iniciais para a presente pesquisa são fruto de uma parceria entre a Gestão da Prefeitura do Município de São Paulo que se encerrou em 2016 e membros da sociedade civil; representada por atuantes<sup>2</sup> e pesquisadores das artes, arquitetura, políticas públicas, representantes de grupos sociais e da cultura digital. O projeto em questão “SP Território Digital” além de promover uma série de encontros sobre cultura, tecnologia e cidade, levantou debates sobre os caminhos, as vozes e as políticas direcionadas para a cultura digital.

---

<sup>1</sup> Artista Multimídia, Mestrando em Ciência da Informação pela ECA-USP, Especialista em Design e Humanidade pela FAU-USP e Licenciado em Artes Visuais pela Universidade Camilo Castelo Branco. E-mail: [hatekatrina@hotmail.com](mailto:hatekatrina@hotmail.com) – [toniwilliam@usp.br](mailto:toniwilliam@usp.br)

<sup>2</sup> Atuantes aqui são entendidos como indivíduos, grupos e instituição que de alguma forma tem atuação direta ou indireta nos múltiplos territórios culturais.

Alguns dos autores que auxiliaram a estruturação do olhar sobre essa produção contemporânea da cidade foram: Néstor García Canclini, George Yúdice, Lourdes Carril, além disso, obtive informações sobre o contexto por meio de vivências com os coletivos culturais, como artista/pesquisador, pois tive um projeto contemplado através de um dos editais da Prefeitura da Cidade de São Paulo citado no presente artigo, por onde tive a oportunidade de compreender durante os anos de 2014, 2015 e 2016 os modos de operação das políticas públicas da cidade e por fim, mas não menos importante foram utilizados os dados disponibilizados pela prefeitura da cidade de São Paulo em seu portal.

Com uma metodologia de trabalho interdisciplinar, o projeto SP Cultura Digital promoveu encontros presenciais, elaborou variados processos de documentação, captação e divulgação dos conteúdos discutidos em cada encontro. E, um dos resultados apresentados dessa metodologia de trabalho, foi um registro cartográfico que trazia a luz a produção e os atuantes do município de São Paulo em cultura digital.

Atualmente foram mapeados quarenta e nove Coletivos/espços que por meio da cultura digital organizam-se, produzem, realizam ações sócio/culturais, ativismos entre outras atividades, para além dos espaços institucionais tradicionais e hegemônicos. Desses quarenta e nove Coletivos a grande maioria ainda se concentra no centro e centro expandido da cidade contabilizando 51%, a Zona sul conta com 16%, Zona norte com 14% e por fim a zona leste que conta com 18% dos coletivos mapeados

O recorte do presente artigo trata justamente da zona leste, pois, como morador, ativista e pesquisador na região tive a oportunidade de lançar um olhar um pouco mais aprofundado sobre as questões que mobilizam, tocam e respondem a boa parte dos movimentos organizados nessa região da cidade. Questões presentes em contextos ímpares que variam desde a visibilidade de grupos sociais, passando pelo acesso às TICs ou até mesmo sobre cooptação e apropriação de bens culturais, por exemplo.

Num certo sentido, o caminho aqui proposto parte da construção de conhecimentos edificados na contramão das epistemologias tradicionais, cujas

metodologias e processos, não dão conta da complexidade de assuntos tão específicos, novos e urgentes, gerando frequentemente algo que remete a uma cortina de fumaça. Através do contexto levantado, verifico as possibilidades de compreensão de ações culturais que na triangulação entre a cidade, a tecnologia e a cultura apresentam novos paradigmas.

### **DESCORTINAR, DISSIPAR E RECONHECER.**

No artigo “Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia”, Antonio García Gutiérrez apresenta uma visão crítica acerca da produção científica tradicional, frequentemente pautada pela produção de conhecimentos considerados dominantes, assim como reflete sobre as formas de representação do conhecimento<sup>3</sup> historicamente vivenciadas de formas desiguais.

Note-se:

Creio que no Brasil, como em muitos outros países, existe uma dupla percepção: a de um Brasil minoritário, imaginário e unificador, inventado e vivido pelas elites financeiras, petroleiras e latifundiárias e a de um Brasil profundo e diverso, com uma maioria de gente sem-terra e de habitantes de favelas. Em Ciências, bem valeria como uma metáfora: a Epistemologia representaria esse mundo ideal do conhecimento competitivo e bem sucedido e, a epistemografia, se ocuparia do conhecimento despercebido. (GUTIÉRREZ, 2006, p. 105)

Nas palavras de Garcia Gutiérrez, a realidade pode ser observada, vivenciada e representada de forma dualista, em síntese, a maneira como encaramos, percebemos e representamos o mundo e sua complexidade pode partir de uma matriz hegemonicamente dominante que exalta os vencedores e nega os excluídos ou também podemos conceber uma visão do mundo inclusiva, horizontal e democrática.

---

<sup>3</sup> A representação do conhecimento aqui é abordada conceitualmente na perspectiva apresentada por Gutiérrez em que a visão institucional epistemológica semântica é sobreposta por uma visão compreende outras formas de compreensão do conhecimento como a desclassificação, oposição ao relativismo, assim como a criação de “ferramentas destinadas ao resgate e reabilitação de todas as formas de cognição e seus resultados e práticas mediante sistemas de auto-narração de indivíduos e comunidades” (GUTIÉRREZ, 2006,p.109)

Basicamente o que está no cerne desta discussão é a preocupação ética e política que garanta a pluralidade e a diversidade de conhecimentos e as representações desses conhecimentos, assim como Gutiérrez observa: “Esses conhecimentos, culturas e memórias estão ameaçados por projetos globalizantes de substituição e, conseqüentemente, não lhes resta outra saída senão apropriarem-se do digital como única possibilidade de auto desenvolvimento.” (2006, p. 105).

Embora a base da Epistemografia interativa, venha de disciplinas ligadas a áreas científicas tradicionalmente encaradas como paradigmáticas como a Biblioteconomia e a museologia por atuarem tradicionalmente de maneira sistemática, classificadora e divisionista, García Gutiérrez desloca as matrizes dessas ciências da informação para um contexto político e tecnocultural, em que, a interação pelas redes digitais e a conjugação de saberes permitem e promovem novos fluxos informacionais, pelos quais, encontramos brechas, formas de resistência e diferentes modos de produção e representação do conhecimento, julgados constantemente como subalternos.

Nessa chave também podemos interpretar que o uso da tecnologia como resposta à falta de representatividade parte de uma alternativa externa as praticadas pelas instituições, quer sejam elas acadêmicas ou não. Ou seja, a resposta que vem sendo dada, frente à limitação de conhecimentos produzidos, arquivados, mapeados fomentados e divulgados, resulta em ações que entrecruzam o acesso à informação e as TICs, propondo diferentes maneiras de pensar a representação dos conhecimentos, as cidades e as políticas públicas.

Nas últimas décadas multiplicaram-se os usos de tecnologias avançadas (computadores, satélites) por parte de grupos indígenas e pobres suburbanos. O fato de que esses setores excluídos da educação, das línguas hegemônicas e de outros dispositivos modernizadores imediatamente utilizem os computadores para registrar suas lendas orais, comuniquem-se com movimentos equivalentes em zonas distantes e estabelecer solidariedade política – tal fato mostra a potencialidade desses recursos tecnológicos (CANCLINI, 2015a, p. 235)

A primeira vista podemos perceber uma harmonização entre o olhar de Canclini e de Gutiérrez sobre o potencial do acesso e o uso das tecnologias como

ferramentas de empoderamento em resposta a uma sociedade globalizada, historicamente desigual. Entretanto, mais adiante Canclini pondera que a mesma desigualdade esmagadora que o capital exerce em todas as camadas sociais, também é presente proporcionalmente nas redes digitais, o que o mesmo chama de Tecno-Apartheid. “(...) a desigual participação nas redes de informação combina-se com a desigual distribuição midiática dos bens e mensagens daquelas culturas com que interagimos”. (CANCLINI, 2015a, p. 237)

O filme FREENET (2016) do Diretor Pedro Ekman apresenta alguns dos indicadores mais preocupantes sobre o acesso a tecnologia e as redes digitais por parte de sociedades e grupos menos favorecidos, simultaneamente aos interesses norteadores de empresas de capital transnacional. Destaco este trecho do filme: “- No Brasil os mapas de renda e de conexão banda larga praticamente se equivalem, em uma das maiores economias do mundo apenas metade dos domicílios têm conexão à internet.” (FREENET, 2016, 9m1s).

A diversidade cultural atravessa hoje uma situação bem peculiar. De um lado, a convergência digital representa o lugar de duas oportunidades cruciais: a primeira é a promovida pela digitalização, que possibilita colocar em uma linguagem *comum* dados, textos, sons, imagens e vídeos, desmontando a hegemonia racionalista do dualismo que até agora opunha o inteligível ao sensível e ao emocional, a razão à imaginação, a ciência à arte, e também a cultura à técnica ou o livro aos meios audiovisuais; a segunda é a configuração de um novo espaço público construído a partir dos movimentos sociais, das comunidades culturais e dos meios comunitários. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p.28)

Compreendemos que apenas o acesso as TICs e uma mudança de comportamento por parte das instituições de pesquisa e produção científica não garantem um equilíbrio frente às desigualdades sociais. Entretanto, visto que num cenário tão desproporcional como o desenhado pelo filme FREENET, entendemos que se o uso das TICs conjugados às variadas formas de ações culturais podem ser convertidas como ferramentas que promovam diferentes formas de liberdade, inserção e participação, assim como este campo pode ser encarado também como um território a ser disputado.

É o próprio lugar da cultura na sociedade que muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente instrumental para espessar-se, adensar-se e converter-se em estrutura. Pois a tecnologia remete hoje não só, e nem tanto, à novidade dos aparatos, mas também a novos modos de percepção e de linguagem, a novas sensibilidades e escrituras. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p.25)

Nesse sentido, qualquer ferramenta que possa garantir maior poder de liberdade dos indivíduos, nos conduz a um processo cada vez mais democrático e de maior participação. Como podemos observar nos dois papéis básicos constitutivos da “liberdade” proposto por Amartya Sen.

Assim, atenta-se particularmente para a expansão das “capacidades” [capabilities] das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam – e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo (2000, p.32).

## **DESPROPORCIONALIDADE CRÔNICA OU INSTITUCIONALMENTE CONCEBIDA?**

Quando analisamos uma metrópole como São Paulo com mais de 12 milhões de habitantes no século XXI e mapeamos apenas quarenta e nove ações que se valem da cultura digital como principal fonte de produção, difusão e pesquisa, e constatar que essas mesmas ações não são fomentadas por políticas de incentivo fixas que garantam uma continuidade e/ou ampliação de suas atividades, nos faz refletir sobre a limitação das ações de instituições de pesquisa, instituições de ensino em geral, grande mídia e as políticas públicas.

A cidade de São Paulo contou com cinco políticas públicas em cultura digital até o ano de 2016 buscando proporcionar aos 12 milhões de habitantes formas de integração a tecnologia, as redes digitais de comunicação, assim como ações de formação, fomento e experimentação.

A primeira e mais antiga foram os Telecentros, criados em 2001 quando 90% da população do município não tinha acesso à internet, essa política deveria fornecer acesso às redes, formações básicas em cultura digital e promover debates e reflexões sobre o mundo digital. O grande problema dessa política pública foi que até o ano de 2016 a função do Telecentro permaneceu a mesma, não se atualizou, inclusive continua utilizando boa parte da estrutura de computadores da época de sua inauguração. Outra dificuldade encontrada vem por parte da falta de investimento em infraestrutura de rede em internet, pela qual, uma média entre 25 e 40 computadores compartilham um mesmo ponto de internet banda larga com apenas 2 Mbps<sup>4</sup>.

O Edital “Redes e Ruas”, criado em 2014 foi um edital que fomentou ações em cultura digital voltadas para as periferias e centro expandido, visava ativar discussões sobre o direito à cidade, a inclusão digital e a cidadania. O edital foi criado com uma sobra do orçamento de três secretarias: Cultura, Direitos Humanos e Cidadania e Serviços. E de alguma maneira suscitou um respiro sobre as possibilidades de uma série de ações que superavam os formatos tradicionais de incentivo, o edital teve duas edições e em 2017 sob a nova gestão da Prefeitura não apresenta indícios de ocorrer novamente.

A terceira política pública para a cidade de São Paulo foi o Edital Vai TEC, desenvolvido no modelo do Programa VAI, que é uma lei de apoio a ações culturais em áreas de alta vulnerabilidade, o Vai TEC visa fomentar projetos empreendedores que usam a tecnologia e a inovação voltados para a transformação social. Embora tenha sido criado em 2015, teve uma segunda edição em 2016 e atualmente o edital encontra-se suspenso para reavaliação.

---

<sup>4</sup> A Akamai – uma empresa especializada em serviços de Redes de Distribuição de Conteúdo (CDN) – realizou um estudo que comprovou que a internet no Brasil permanece abaixo da média esperada.

O mais recente resultado, referente ao final do ano passado, coloca o País na 85ª colocação no mundo (com 6,4 Mbps), sendo que – dos 241 países e regiões pesquisadas – a média indicada foi 7 de megabits por segundo (Mbps). <http://exame.abril.com.br/negocios/dino/velocidade-da-internet-no-brasil-esta-abaixo-da-media-global/#>

Em 2015 foram criadas as áreas de Wifi livre SP que em parceria entre a secretaria municipal de serviços e a PRODAM cujo foco é levar internet gratuita e com qualidade a áreas públicas da cidade. A meta são duzentos e quarenta pontos e atualmente a cidade conta com cento e vinte pontos segundo o portal da prefeitura. Uma situação crítica desses pontos é a qualidade do acesso que em muitos lugares é tão baixa que no máximo se consegue carregar mensagens de redes sociais, impedindo que tarefas um pouco mais complexas, como uma pesquisa, sejam executadas. Existe um projeto de implementação das praças Wifi Livre em equipamentos públicos como Prefeituras Regionais, CEUs e Fab labs. A velocidade mínima garantida ao público é de 512kbps.

No final do ano de 2015 foi criado o projeto FabLab Livre SP por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia da Prefeitura Municipal de São Paulo e o Instituto de Tecnologia Social.

Se apresentando como a maior rede de laboratórios públicos de fabricação digital do mundo. Contando com doze unidades o projeto procura atender uma demanda da população que já atua nas áreas tecnológicas e não tem espaços para desenvolver seus projetos, além de promover pequenos workshops introdutórios em diferentes linguagens digitais contemporâneas que vão da programação em games até a modelagem e a impressão 3D. Hoje há uma grande dúvida sobre a continuidade do projeto, pois seu contrato de funcionamento se encerra em setembro de 2017 e ainda não foi realizado nenhum anúncio sobre o futuro desse programa.

O que acaba se tornando mais preocupante dentro desse breve balizamento das políticas públicas voltadas à cultura digital é que para além das limitações estruturais e operacionais apresentadas, ainda temos a baixa divulgação dos editais, das ações e, sobretudo dos resultados desenvolvidos por essas políticas, levando muitas vezes a interpretações equivocadas sobre as possibilidades promovidas por essas ações. Mesmo que muitas vezes concebidas de formas verticais e precarizadas, ainda sim funcionam como uma redução da desproporcional acessibilidade entre as populações de baixa renda junto ao universo da cultura digital.

## **COLETIVIDADE E TECNOLOGIA UMA DIGRESSÃO?**

Compreender o poder dos usos das TICs, como ferramentas de produção, difusão, pesquisa e organização social, permite esboçar caminhos que ressignificam as práticas socioculturais, o entorno geográfico e nos faz vislumbrar uma realidade social plural/democrática que inclui, sensibiliza e conscientiza.

A popularização da colaboração que ocorre através da Web 2.0 é sintomática de uma coletividade que busca integrar-se socialmente através das tecnologias. Se antes a internet já fora pensada somente como um repositório de conteúdos, agora ela emerge como meio comunicacional intrinsecamente coletivo. (NUNES, 2010, p. 234).

As redes de colaboração viabilizadas pela internet provocam o transbordamento e a amplificação de toda uma produção de conhecimentos invisíveis, oriunda de lugares jamais antes imaginados, territórios em regiões de alta vulnerabilidade como, por exemplo: São Mateus um bairro periférico da Zona Leste da cidade de São Paulo que possui um espaço interdisciplinar independente de formação crítica e fruição estética como o São Mateus em Movimento, que também se configura como uma rede de produção e colaboração online/off-line.

A rede São Mateus em Movimento abarca agentes e coletivos não só da mesma região, mas também de diferentes lugares, inclusive de fora do Brasil. Apresentando para diferentes setores sociais e principalmente para o Estado as possibilidades da Coletividade em redes digitais.

A emergência de múltiplas exigências, ampliada em parte pelo crescimento de reivindicações culturais e relativas à qualidade de vida, suscita um espectro diversificado de órgãos porta vozes: movimentos urbanos, étnicos, juvenis, feministas, de consumidores, ecológicos, etc. (...) A eficácia desses movimentos depende, por sua vez, da reorganização do espaço público. (...) Seu poder cresce se atuam nas redes massivas: não apenas a presença urbana de uma manifestação de cem ou duzentas mil pessoas, porém – mais ainda – sua capacidade de interferir no funcionamento habitual de uma cidade e encontrar eco, por isso mesmo, nos meios eletrônicos de informação. (CANCLINI, 2015b, p. 287-288)

As palavras 'coletivo' e 'coletividade' têm sido palavras em voga nas duas últimas décadas no Brasil, sobretudo nas áreas sócio culturais, mas, o que isso significa de fato? Será que antes da virada do milênio não existiam grupos de pessoas articuladas que, desassistidas socialmente, organizavam-se com objetivos/princípios em comum?

Dos quilombos as favelas, dos terreiros aos quintais, dos mutirões as posses, das *crews*<sup>5</sup> aos coletivos, são muitos os exemplos. Ao esboçar uma breve linha do tempo que pontua movimentos sociais e organizações de grupos que se articulam no/por território em resposta às desigualdades sociais, identificamos que apenas o que mudou na contemporaneidade foram os vocabulários e as formas de articulação, enquanto as lutas são praticamente as mesmas. Assim como expõe Lourdes Carril: "Caminhando pela linha do tempo, constata-se na história da democracia brasileira a constante reatualização da exclusão social e territorial" (2006, p. 213).

Em face de um cenário nacional que se constitui historicamente desigual, pode se encarar como uma possibilidade inédita para as pessoas oriundas das periferias terem em suas mãos mecanismos de produção, distribuição e comunicação para lidar com um ambiente cotidianamente hostil, limitante e monolíngüístico. E que, mesmo vivenciando um "apartheid tecnológico", no contexto atual ainda temos maiores chances de penetrar setores da sociedade que outrora se apresentaram inacessíveis. Assim como vislumbrou Manuel Castells sobre o advento da internet e a sociedade em rede.

Internet é sociedade, expressa os processos sociais, os valores sociais, as instituições sociais (...) ela constitui a base material e tecnológica da sociedade em rede; é a infraestrutura tecnológica e o meio organizativo que permitem o desenvolvimento de uma série de novas formas de relação social que não têm sua origem na internet, que são fruto de uma série de mudanças históricas, mas que não poderiam desenvolver-se sem a internet. (2003, p. 286-287)

---

<sup>5</sup> O nome Crew vem da Cultura Hip Hop e serve para distinguir um grupo ou um território dentro das batalhas de Música, Dança e Graffiti.

Na obra “Quilombo, favela, e periferia a longa busca da cidadania”, Lourdes Carril descreve que não é de hoje o interesse de povos excluídos e marginalizados negros, camponeses, indígenas entre outros grupos sociais injustiçados socialmente, lutarem por um espaço digno para viver, produzir e sobretudo sentirem-se parte. “A favela e a periferia são, assim, o lugar onde o Estado não está. Não é a questão do lugar, mas a concepção de que uma parte da população não tem direito ao patrimônio e a riqueza, relações desiguais que têm origem no passado colonial.” (CARRIL, 2006, p. 231).

Como visto anteriormente, segundo o mapeamento do projeto SP território digital, ao observar por meio de um recorte geográfico uma metrópole da magnitude de São Paulo e encontramos apenas nove coletivos/espços autônomos em um território com uma extensão tão ampla e diversa como o da zona leste, nos faz perceber a dimensão da desigualdade e, ao mesmo tempo, o poder de resistência desses agentes.

Os dados se tornam ainda mais complexos quando conhecemos as linguagens e as áreas que cada um desses grupos utiliza por meio da cultura digital para atuar e percebemos que temos diversas demandas como a produção de conteúdos, a necessidade de auto representação, ao mesmo passo em que criam um mercado paralelo ao *mainstream* do entretenimento para sobreviverem de sua própria produção, como por exemplo, a FUNK TV e o Funktásticos, inconformados com a limitação de um mercado musical cada vez mais restrito, elitizado e exigente, pelo qual, impõe a artistas iniciantes e sem apoio financeiro em sua maioria, um nível de produção cada vez mais elevado e completo.

Outra parcela como o São Mateus em Movimento e o Periferia invisível trafegam entre a formação, a mediação cultural, o fortalecimento e a conexão de indivíduos e coletivos em redes de produção colaborativas e de conscientização em variados assuntos como: Direito a Cidade, Gênero, Racismo, Trabalho, Educação entre outros. Operando de forma rizomática “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo” (DELEUZE e GUATARRI, 2000, p. 36).

Um fato interessante é a forma de atuação desses grupos que não necessariamente dependem de um espaço físico, membros fixos ou fomentos contínuos para existirem, produzirem e compartilharem seus conhecimentos. As ações acontecem numa lógica muitas vezes efêmera ou numa temporalidade diferenciada das atividades que ocorrem em espaços tradicionais.

É justamente essa complexidade que a maioria dos teóricos tem certa limitação em perceber, pesquisar ou avaliar; não é na quantidade de público, não é no perfil de um público nem muito menos no estatuto de um espaço que estará a resposta para compreender tais fenômenos, mas talvez na admissão de que nosso olhar para a produção desses grupos careça de múltiplas perspectivas e maiores sensibilidades.

Trata-se de algo semelhante a não conseguir captar o sentido de uma palavra estrangeira em resultado da sua inerente ambiguidade e não por causa da nossa incompetência linguística. Deste modo, todas as culturas têm um ponto cego onde não conseguem entender-se ou identificar-se a si próprias, e percebê-lo é, na perspectiva de Žižek, compreender essa cultura mais profundamente. (EAGLETON, 2003, p.126)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Um aspecto importante a levar em consideração no Brasil, sobretudo em nossas periferias, é que muitos modelos de culturalização do capital ou da perspectiva da cultura como um “recurso” estão a longos passos de distância se comparados com os exemplos analisados por George Yúdice:

De fato, quando instituições poderosas como a União Europeia, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as maiores fundações internacionais, e assim por diante, começam a compreender a cultura como uma esfera crucial para investimentos, a cultura e as artes são cada vez mais tratadas como qualquer outro recurso. (2006. p. 30)

O que ocorre no Brasil é que a cultura, sobretudo a cultura digital, encontra-se em lugares muito distantes do reconhecimento por parte dessas instituições que

estão prontas para converter tudo em “recurso” e mesmo que em sua maioria tal convergência se configure de maneira predatória e seletiva, de alguma maneira, no contexto atual, adicionariam uma nova camada ao espectro que compõe nossa diversidade cultural, as áreas de atuação da cultura e os territórios de produção e representação do conhecimento.

A possibilidade de políticas públicas que se proponham a assumir a complexidade destes processos passa pelo estabelecimento de marcos regulatórios de alcance mundial e local, dois espaços estratégicos em que tanto a economia como a tecnologia e a cultura se movem hoje. Marcos regulatórios, cabe destacar, que só resultarão de uma negociação entre os atores públicos, privados e independentes, seja do âmbito nacional, internacional e local. Pois como demonstram os Fóruns Mundiais de Davos e Porto Alegre, e especialmente as reuniões preparatórias da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, esses atores contam hoje com organismos, organizações e associações capazes de representar os diferentes interesses em jogo. Isto quer dizer que o que a presença das TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação) produz pelo mundo não permite compreender nem projetar politicamente, mas, a partir de uma visão integral, é possível situar os impactos e as potencialidades dessas tecnologias no ambiente dos processos de desenvolvimento econômico-social e das práticas de participação democrática. (MARTÍN-BARBERO, 2014p.29)

O que podemos apreender dessa breve reflexão é que o espectro de uma análise sociocultural da estrutura social num país como o Brasil, historicamente desigual e contraditório, é complexo, e, cabe aos atuantes das várias áreas e camadas sociais buscar caminhos que evitem os já famigerados efeitos, que resultam no que Canclini pontua como “fracassos políticos”.

O interesse em entender, ao mesmo tempo, as teorias socioculturais e os fracassos políticos exige analisar, ao lado daquilo que os autores declaram nos textos teóricos, as polêmicas e as relações com instituições, meios de comunicação e movimentos sociais, por meio das quais constroem sua argumentação. (CANCLINI, 2015a, p. 23).

Para Canclini, os esforços frente aos fracassos políticos devem superar as formas tradicionais de produção e representação do conhecimento, aliando o

pensamento crítico em relação à condução das políticas públicas, com foco nas práticas, nas ações e nos territórios, em síntese, é necessário identificar as práticas transformadoras e por intermédio delas pautar as políticas públicas e as diversas formas de produção e representação do conhecimento.

A verticalização das políticas públicas, a falta de sensibilidade para conectar públicos, espaços, fomentos e pesquisadores, converge num certo descrédito por boa parte da própria população em relação às políticas públicas. Entretanto, muitas vezes é a partir de uma constatação como esta que mobiliza grupos descontentes com tamanho descaso das instituições a elaborarem formas alternativas para se auto produzir, auto representar e auto difundir, levando a um certo esvaziamento ou descompasso entre as políticas públicas de cultura, de tecnologia ou até mesmo os mercados, junto aos públicos e aos territórios.

Em outro viés, podemos compreender que boa parte das lutas, das ações teóricas e práticas, assim como a própria organização da sociedade civil, podem sobretudo, levar em consideração o próprio contexto e os avanços tecnológicos para encontrar em suas realidades e práticas formas diferentes de produção, sustentabilidade e proteção, visando promover transformações sociais positivas e assegurando a manutenção da democracia para as gerações presentes e futuras.

## REFERÊNCIAS

CARRIL, Lourdes: **Quilombo, favela, e periferia a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume, 2006.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de. (Org.) **Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: Mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015a.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp. 2015b.

DELEUZE, Gilles. GUATARRI, Félix. **Mil Platôs - Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. Lisboa: Temas e Debates. 2003.

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho  
02 a 05 de outubro de 2017

GT 5: Espaço público da informação e cultura: variações e diversidade conceitual, como o discurso sobre o urbano compreende e atua sobre a cidade.

**FREENET**, Direção: Paulo Ekman. Molotov Filmes, 2016. Disponível em: <<https://vimeo.com/161511483>> (90 min). Acesso em 17 jul. 2017.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Revista Transformação**. Campinas, 18 (02), p. 103-112 maio/agosto 2006.

MARINO, Aluizio. **Mapa Cartográfico SP Território Digital**. <<https://prezi.com/zqu3dufpulph/sp-territorio-digital/>> Acesso em 17 jul. 2017

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Diversidade em Convergência. **MATRIZES**. São Paulo, V8 nº 2, p. 15-33, Jul/dez. 2014

NUNES, Fábio Oliveira. **Ctrl+Art+Del: distúrbios em arte e tecnologia**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

**Portal prefeitura da cidade de São Paulo**

<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/>> Acesso em 17 jul. 2017.

**São Paulo Território digital** <<http://spterritoriodigital.com.br/>> Acesso em 17 jul. 2017.

SEM, Amartya kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.